

Cidade

Prefeitura vai pagar R\$ 700 mil por mês de subsídio e passagem de ônibus fica 20 centavos mais barata

A partir do dia primeiro de agosto a passagem de ônibus vai ficar 20 centavos mais barata em Petrópolis. O anúncio foi feito nesta sexta-feira (16), pelo prefeito interino Hingo Hammes. Com isso, a tarifa no transporte público passa dos atuais R\$ 4,40 para R\$ 4,20. A redução faz parte de um Termo de Compromisso assinado judicialmente no dia 12 deste mês entre as empresas de ônibus, a Prefeitura de Petrópolis e o Ministério Público (MP). Por mês, também a partir de agosto, o governo municipal vai investir R\$ 700 mil como forma de subsídio para as empresas de transporte.

Em contrapartida do subsídio, as cinco empresas – Petro Ita, Cascatinha, Cidade Real (Expresso Brasileiro), Turp e Cidade das Hortênsias – terão que retornar com 100% da frota nos horários de pico, o que também deve acontecer a partir do dia primeiro de agosto. Desde o início da pandemia da covid-19 em março de 2020, o sistema de transporte público teve redução na quantidade de ônibus em circulação. Linhas foram retiradas e horários também foram suprimidos, o que vem gerando inúmeras denúncias e reclamações dos usuários do transporte público.

No ano passado as empresas de ônibus entraram com uma ação na justiça alegando perdas financeiras devido a pandemia do novo coronavírus e a falta de pagamento de subsídios devido a gratuidade dos estudantes. A alegação é que houve uma expressiva redução na quantidade de passageiros gerando prejuízos econômicos. Na decisão da 4ª Vara Cível, a Prefeitura de Petrópolis foi condenada a pagar R\$ 700 mil por mês para as empresas, como forma de subsídio.

“Desde o início do ano vínhamos buscando diálogo com as empresas, de forma a garantir melhorias no sistema de transporte. Tudo o que envolve este serviço sempre foi motivo de muita preocupação, especialmente neste período de pandemia. O problema é que toda a questão estava judicializada, o que dificultava a gestão do município sobre o serviço”, explicou o prefeito interino Hingo Hammes. “Agora, com a garantia de redução da tarifa e compromisso das empresas – formalizado judicialmente – de retorno da frota nos horários de maior movimento, damos um passo firme e importante na direção de soluções para que tenhamos um transporte mais eficiente e de melhor qualidade. Temos conhecimento das alegações das empresas, mas também, e principalmente, da necessidade do trabalhador que depende do transporte público”, destacou.

A redução de 20 centavos também teve como base o Simulador de Tarifa do próprio Sindicato das Empresas de Transporte de Petrópolis (Setranspetro). Nessa ferramenta é possível simular o valor da passagem com redução de impostos e a concessão de subsídios. “Se era necessário pagamento do subsídio, era também necessária a garantia de um sistema de transporte melhor, com mais ônibus em circulação e infraestrutura adequada. Estudamos ainda a implantação de corredores exclusivos em vias troncais e medidas que já estão sendo adotadas para impedir a concorrência desleal, como a intensificação, junto com o Detro, das fiscalizações no transporte clandestino”, ressaltou o diretor-presidente da CPTrans, Luciano Moreira.

Sem subsídio da PMT, tarifa poderia chegar a R\$ 5,05 em Teresina

11/02/21, 17:09

Atualizada às 07h53 O vice-presidente do SETUT (Sindicato das Empresas de Transportes Urbanos de Passageiros de Teresina), Marcelino Lopes, disse, em entrevista ao Jornal do Piauí, que para manter o equilíbrio conforme contrato de concessão e sem o subsídio da Prefeitura de Teresina, o valor da tarifa de ônibus pode chegar a R\$ 5,05. Além disso, Marcelino também comentou que as empresas aguardam o repasse contratual da Prefeitura de Teresina (PMT), com valor acima de R\$ 2 milhões, para pagar os salários atrasados dos seus colaboradores, que atualmente estão em greve por falta de pagamento. O Setut esclarece que não há qualquer proposta para reajuste no preço da tarifa de ônibus para R\$5,05. O valor de R\$5,05 é um valor técnico que, caso houvesse reajuste, cobriria em 2021 os custos do transporte público.

De acordo com o contrato vigente, a gestão atual pode definir qual tarifa será cobrada na catraca, porém, pelas cláusulas do contrato licitatório, tem obrigação de complementar mensalmente a diferença entre o que será cobrado e o custo efetivo do sistema.

Aumentar a tarifa

Marcelino Lopes explica que é direito de qualquer prefeito municipal decretar uma tarifa mais social, como o ocorreu em 2020, quando a tarifa proposta era de R\$ 4,78, ficando em R\$ 4,00. Nesse caso, a Prefeitura Municipal tem por obrigação contratual repassar a diferença de R\$ 0,78 (de cada passagem) no mês subsequente. “Isso não tem acontecido”, confirma. Em 2021, a tarifa calculada pelo SETUT está em R\$ 5,05. Se a PMT não aumentar o valor da passagem, eles teriam que repassar ao SETUT a diferença da tarifa de R\$ 1,05. “O atual prefeito Dr. Pessoa já disse na mídia que não vai aumentar a tarifa, e está no direito dele. R\$ 4,00 já é caro. Eu não vou dizer que é caro, eu vou dizer que é alto. É alto para Teresina. R\$ 5,00 é mais ainda”.

Contratualmente seguindo a Lei de Mobilidade Urbana, Marcelino diz que a tarifa pode ficar abaixo dos R\$ 5,00. “A lei diz que todo contrato de licitação, o licitado tem que haver essa cláusula: que se não for repassado o custo real, a Prefeitura tem essa autoridade de dar um valor menor, mas também tem a obrigação de pagar esse

complemento em função do social para a população que precisa de ônibus”.

Marcelino Lopes fez um breve retrato do sistema de transporte hoje. “Antes da pandemia, o sistema tinha 200 mil passagens por dia com 400 ônibus nas ruas. Hoje nós estamos com 200 carros na rua, mas só estamos transportando 55 mil passagens por dia. É impossível: 25% de receita não paga 60% de custo”.

Foto: Roberta Aline

Sem repasses

Marcelino Lopes conta que hoje a Prefeitura deve cerca de R\$ 2,7 milhões ao mês de déficit no sistema de transporte. “Em dez meses dá R\$ 27 milhões. É dinheiro demais”. “Nós já fizemos três acordos judiciais com as gestões anteriores: de R\$ 18 milhões, de R\$ 26 milhões e de R\$ 36 milhões. Para você vê o tempo que eles ficaram sem pagar. Dois acordos foram pagos. Já o terceiro, a atual gestão, está dizendo que não vai pagar”. Marcelino ressalta que o SETUT não fez acordo judicial com nenhum CPF (Cadastro de Pessoa Física). “Nós fizemos com CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica) da Prefeitura. Não é uma coisa entre o empresário e a prefeitura, isso teve a participação da Justiça”. “Acredito que ainda não tivemos uma conversa muito clara e esclarecedora. Hoje é dia 11 de fevereiro, nós tivemos uma reunião com a Strans (Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito) e não foram todas as empresas. Quem está devedor, quem está errado, é o poder público que não nos paga. Isso é falta de informação, conhecimento e diálogo”.

Em setembro, o Setut fez acordo com a Prefeitura de Teresina para pagar o terceiro acordo judicial dividido em 12 parcelas, o que não está acontecendo, segundo Lopes.

Bilhetagem Segundo Marcelino Lopes, com a pandemia da Covid-19, o passageiro transportado caiu 95%. Com isso, praticamente não houve mais receita no sistema. Ele conta que a atual tarifa cobrada ao usuário não dá para pagar todas as custas do setor, levando em consideração as gratuidades e meia passagem do estudante. “Veio começar a ter um retorno a partir de julho, agosto. Nós, no ano passado, passamos quase 90 dias de greve. Então, tem todo o problema de ordem financeira e econômica por falta de recursos que nos impede de estar pagando. Ao mesmo tempo, o nosso contrato com o poder público, com a Prefeitura (de Teresina), que a tarifa que está sendo cobrada do usuário não dá para pagar todos os custos do setor”.

Foto: Roberta Aline

Estudante e gratuidade “Nós temos hoje 27% de meia passagem que não é mais meia passagem, é um terço de passagem. É o único lugar do Brasil que o estudante paga um terço. Via de regra o benefício para estudante é de 50%, como era há quatro anos. Quem tem que arcar com esse benefício para o estudante ou com as gratuidades é o poder público”, diz Marcelino. “Quem arca é o usuário que paga a passagem inteira. Quem está pagando para alguém não pagar nada; não é o poder

público, ou seja, municipal, estadual e federal. Quem está pagando é o usuário que via de regra é o mais carente da cidade ou o empresário que compra o vale transporte para o seu colaborador”, acrescenta.

Greve Marcelino Lopes saiu em defesa dos motoristas e dos cobradores que estão em greve por falta de salário referente ao mês de janeiro. A categoria está em greve desde segunda-feira (8). Ele reforça que a Prefeitura de Teresina, o Setut e o Sindicato dos Trabalhadores precisam entrar em acordo. “Nós precisamos de um diálogo técnico para discutir o que estava errado e o que precisamos mudar para o sistema voltar a pelo menos respirar, e a gente poder pagar os nossos colaboradores. Eles não estão errados. Como é que o ‘caba’ vive sem receber nada? Mas como é que eu pago sem receber também?”

PMT

A Prefeitura de Teresina (PMT) informou ao Cidadeverde.com que até o momento não recebeu nenhuma proposta de aumento da tarifa de ônibus. No entanto, desde já, a PMT ressaltou que não há previsão de aumento no valor da tarifa, nestes primeiros meses de administração, pois foi uma das promessas de campanha e compromisso firmado por Dr. Pessoa com os teresinenses, sobre não ter reajuste neste primeiro momento. A PMT ressalta que até o momento não foi realizado o pagamento do repasse contratual ao SETUT porque está renegociando os valores. Sobre as gratuidades, a Prefeitura de Teresina faz um estudo sobre o impacto financeiro e social. **Esclarecimento**

O Setut esclarece que não há qualquer proposta para reajuste no preço da tarifa de ônibus para R\$ 5,05. De acordo com o contrato vigente, o poder público municipal tem o condão de definir qual tarifa será cobrada na catraca, porém pelas cláusulas do contrato licitatório, tem obrigação de complementar mensalmente a diferença entre o que será cobrado e o custo efetivo do sistema. O valor de R\$5,05 é um valor técnico que, caso houvesse reajuste, cobriria em 2021 os custos do transporte público.

Contudo, a atual gestão decidiu manter o valor de R\$ 4,00, devendo repassar a diferença de R\$ 1,05 por mês para as empresas, como prevê contrato de concessão.

É importante esclarecer ainda que a tarifa financia as gratuidades e a diferença do valor do passe estudantil que é 1/3 do valor da tarifa. Isso gera um impacto significativo no valor da tarifa e, conseqüentemente, no valor da passagem inteira.

Carlienne Carpaso carliene@cidadeverde.com

Tags: setut greve onibus

Mais Economia



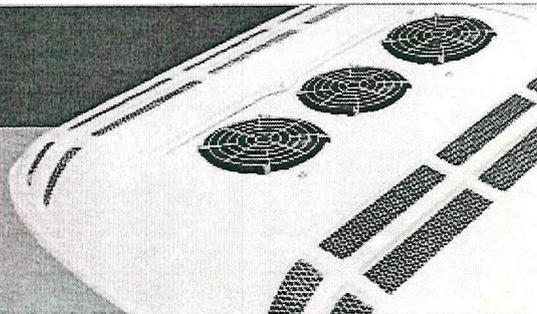
DIÁRIO DO TRANSPORTE



VMG AIRES



FULL FRESH AIR
FULL FRESH AIR
FULL FRESH AIR



Passagens de ônibus intermunicipais em MG terão reajuste médio de 5,18%

Publicado em: 12 de agosto de 2021

Matheus Souza
Ônibus Brasil



Valores ficarão mais altos a partir de 17 de agosto e variam de acordo com o tipo de ônibus e trajeto

ADAMO BAZANI

A Sinfra (Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade) de Minas Gerais autorizou o reajuste do valor das passagens de ônibus intermunicipais a partir de 17 de agosto de 2021.

De acordo com publicação em Diário Oficial, o aumento médio será de 5,818% para o Convencional e 3,547% para o piso I Comercial.

Os valores mudam de acordo com o tipo de serviço, linhas e piso.

A correção anual dos valores é prevista por resoluções estaduais.

Confira as tarifas mínimas de referência:

Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade



Secretário: Fernando Scharluck Marcato

Expediente

RESOLUÇÃO SEINFRA Nº 26, 09 DE AGOSTO DE 2021.

Atualiza a Base Tarifária do Sistema de Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Estado de Minas Gerais. O SECRETÁRIO(A) DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE, no uso das atribuições conferidas pelo § 1º do art. 93 da Constituição do Estado de Minas Gerais, tendo em vista o disposto na Lei nº 23.304, de 30 de maio de 2019, e considerando o disposto no Decreto nº 47.767, de 29 de novembro de 2019 e Decreto nº 44.603, de 22 de agosto de 2007, que contém o Regulamento do Serviço de Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal e Metropolitano do Estado de Minas Gerais – RSTC,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica atualizada a base tarifária para o cálculo dos preços de passagem e as tarifas mínimas do Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Estado de Minas Gerais, nos termos constantes no Anexo Único desta Resolução.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor às 00h00min. do dia 17 de agosto de 2021.

Belo Horizonte, 09 de julho de 2021.

Fernando Scharluck Marcato

Secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade

ANEXO ÚNICO

(a que se refere o art. 1º)

Base Tarifária para o Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Estado de Minas Gerais

Tabela - Padrão do serviço	Base Tarifária		
	R\$/km-passageiro por tipo de piso		
	I	II	III
A - Convencional	0,304147	0,373706	0,431592
B - Convencional	0,380249	0,467199	0,539561
C - Comercial	0,334139	0,334139	0,334139

D - Leito	0,708648		
E - Convencional Executivo	0,447203		
F - Comercial (Isento ICMS)	0,310947	0,310947	0,310947
G - Semi Leito	0,545709		
H - Comercial Executivo	0,377576		
I - Comercial Executivo (isento ICMS)	0,351365		
CM - Comercial Metropolitano	0,321933	0,321933	
FM - Comercial Metropolitano (Isento ICMS)	0,299587	0,299587	0,299587
HM - Comercial Metropolitano Executivo	0,363780		
IM - Comercial Executivo Metropolitano (isento ICMS)	0,338526		

Tarifas mínimas		
Tipo de serviço		Tarifa (R\$)
A e B - Convencional		3,80
C e CM - Comercial		3,80
F e FM - Comercial (isento ICMS)		3,70

OBS.: O percentual de reajuste médio de 5,818% para o Convencional e 3,547% para o piso I Comercial.

09 1516442 - 1

Adamo Bazani, jornalista especializado em transportes

Relacionado



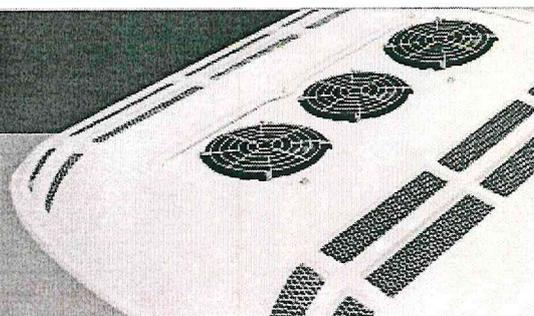
DIÁRIO DO TRANSPORTE



VMG AIRES

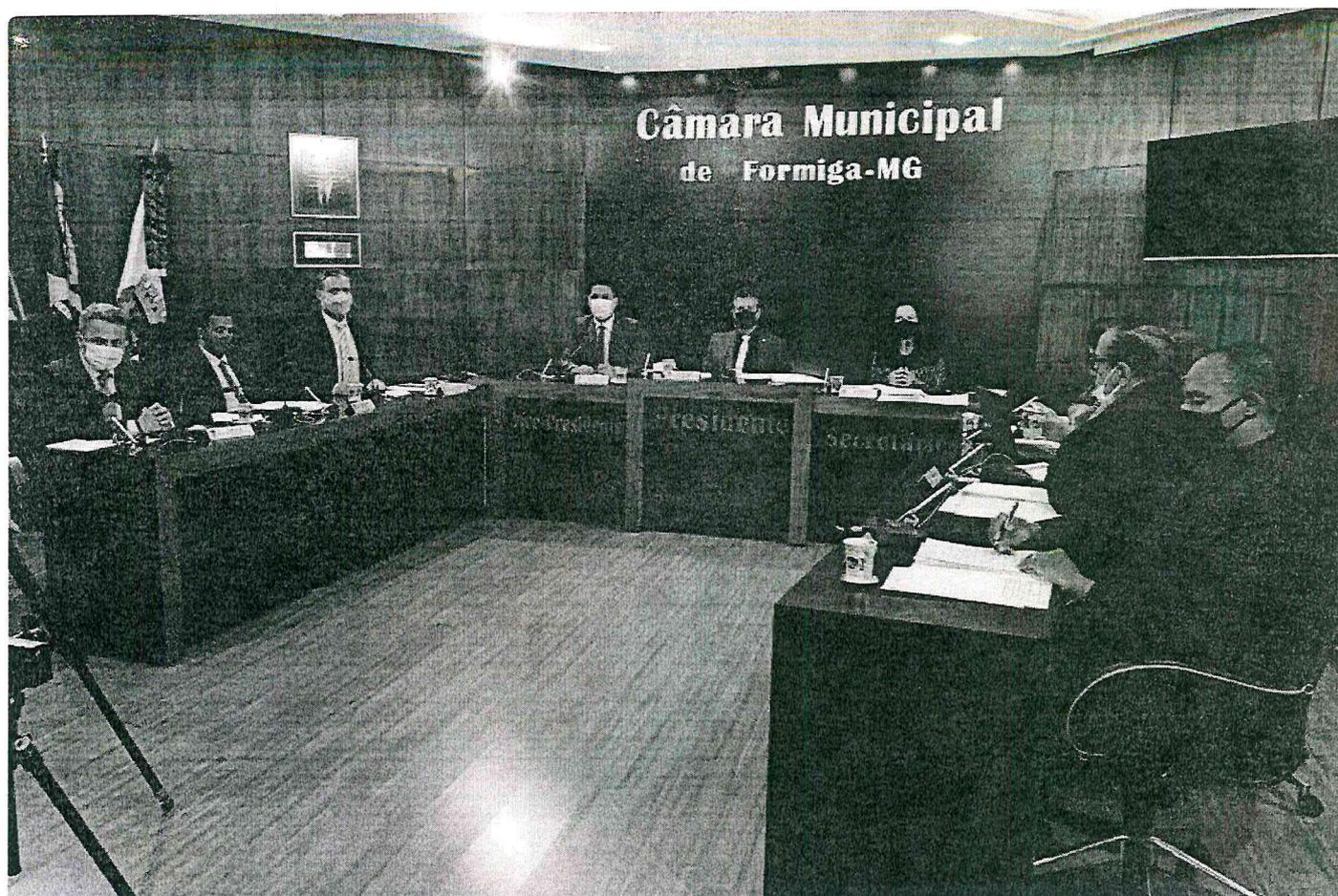


FULL FRESH AIR
FULL FRESH AIR
FULL FRESH AIR



Câmara de Formiga (MG) aprova subsídio no transporte coletivo

Publicado em: 11 de agosto de 2021



Projeto foi aprovado com cinco votos favoráveis. Foto: Divulgação.

Objetivo é evitar o aumento da tarifa de ônibus e manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato

JESSICA MARQUES

A Câmara de Formiga, em Minas Gerais, aprovou nesta semana uma proposta de subsídio no transporte coletivo.

O objetivo do projeto é manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, assim como evitar o aumento da tarifa do transporte ou mesmo reduzi-la.

A proposta 126/2021 é de autoria dos vereadores Marcelo Fernandes, Joice Alvarenga, Luiz Carlos Tocão e Flávio Couto.

Após a aprovação, o Executivo vai apreciar o projeto e sancionar ou vetar a lei. Os repasses seriam feitos da administração municipal para a empresa de ônibus.

O projeto foi aprovado com cinco votos favoráveis – Marcelo Fernandes, Joice Alvarenga, Luiz Carlos Tocão, Flávio Couto e Osânia Silva – e quatro contrários – Cid Corrêa, Luciano do Gás, Cabo Cunha e Juarez Carvalho. O presidente da Casa, Flávio Martins, não vota.

Jessica Marques para o Diário do Transporte

Relacionado

Subsídio à Sancetur cresce 72% em São Sebastião e ultrapassa R\$ 1 milhão

Contrato com a nova empresa de ônibus desmente declarações do prefeito Felipe Augusto

Por **Helton Romano** - 17 de agosto de 2021



O valor para incrementar a passagem paga pelos usuários não era dado a Ecobus (Foto: Helton Romano/ NI)

A Prefeitura de São Sebastião vai pagar mais R\$ 783,5 mil à Sancetur, referentes ao subsídio do segundo mês do contrato. O valor se soma aos R\$ 454 mil pagos no mês anterior, com acréscimo de 72,5%.

Mesmo com os repasses de complemento de tarifa, que não eram feitos à Ecobus, o transporte público ainda gera diversas reclamações.

O prefeito Felipe Augusto foi perguntado sobre algumas delas, nesta segunda-feira (16), em entrevista na Rádio Morada. Felipe se esquivou alegando que haveria uma "lei" que impede alterações em horários e itinerários, embora isso já tenha ocorrido. "O contrato emergencial obedece, por lei, as determinações da concessão anterior", disse o prefeito.

Ele promete novas linhas no próximo contrato, cuja licitação não foi sequer iniciada.

Questionado sobre os ônibus que deixaram de entrar no bairro de Paúba, desde o início da pandemia, o prefeito deu mais uma declaração esquisita. "A concessão no passado não previa algumas linhas que acabaram acontecendo. A legislação não permite voltar porque foi uma adaptação que a Ecobus fez no decorrer dos tempos", insistiu Felipe, sem citar qual seria a suposta lei que proíbe alteração em itinerário de ônibus.

O contrato com a Sancetur, porém, desmente o prefeito. "As características operacionais das linhas (itinerário, frequência, horário e frota) poderão ser alteradas a critério do Poder Público, sempre que necessário, para o atendimento das necessidades dos usuários", prevê a segunda cláusula do documento.

, Cadastrar *agem também consultou um advogado especialista em direito empresarial sobre as declarações do prefeito. "Não tem sentido nenhum. O contrato emergencial é um*

Fale pelo Whatsapp

[WhatsApp: \(11\) 9999-9999](#)

CORONAVÍRUS ([HTTPS://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/COTIDIANO/CORONAVIRUS](https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/coronavirus))

MOBILIDADE URBANA ([HTTPS://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/COTIDIANO/MOBILIDADE-URBANA](https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/mobilidade-urbana))

Crise no transporte público na pandemia provoca greves em série por todo o país

Perda de passageiros durante a pandemia tirou recursos, tornou serviço insustentável e reduziu sua qualidade

21.mai.2021 às 19h19

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2021/05/22/>)

Thiago Amâncio (<https://www1.folha.uol.com.br/autores/thiago-amancio.shtml>)

SÃO PAULO A crise no sistema de transportes públicos do país

(<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/07/para-evitar-fuga-de-passageiro-transporte-publico-pos-pandemia-tera-de-rever-modelo-e-lotacao.shtml>), provocada pela queda do número de passageiros devido à pandemia da Covid-19, tem causado greves, rompimentos de contrato e até intervenções do poder público em cidades de todo o Brasil.

Levantamento do Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor) apontou que somente desde 10 de dezembro do ano passado, quando o governo federal vetou um auxílio financeiro à categoria (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/12/bolsonaro-veta-projeto-que-repassava-ate-r-4-bi-para-custear-transporte-coletivo.shtml>), e o último dia 14 deste mês, houve pelo menos 38 greves, paralisações ou protestos, 13 ocorrências contratuais, como rompimentos ou contratações emergenciais e 5 intervenções nas empresas de transporte

Entre esses episódios está o de São Paulo, em que o ônibus deixou a população paulista sem opção e a cidade paulista já teve seis greves. A prefeitura de São Paulo decretou intervenção em empresas de transporte e exigiu o pagamento.

Aviso de Cookies

O site da Folha utiliza cookies e tecnologias semelhantes para melhorar sua experiência de navegação e, ao continuar, você concorda com estas condições.

[Customizar](#) -

[Política de privacidade](https://www1.folha.uol.com.br/politica-de-privacidade/) (<https://www1.folha.uol.com.br/politica-de-privacidade/>) -

[Opt-Out](https://app.goadopt.io/94ba61d5-3f5e-4627-b7b8-2365d5a3787e/opt-out/50bf920e-74f9-411f-84bc-b4d83cf4335) ([https://app.goadopt.io/94ba61d5-3f5e-4627-b7b8-2365d5a3787e/opt-out/50bf920e-](https://app.goadopt.io/94ba61d5-3f5e-4627-b7b8-2365d5a3787e/opt-out/50bf920e-74f9-411f-84bc-b4d83cf4335)

74f9-411f-84bc-b4d83cf4335)

[AdOpt](https://goadopt.io/porque-aviso) (<https://goadopt.io/porque-aviso>)

greve de
al
refeitura
a folha de

No Rio, a prefeitura também precisou intervir no BRT (corredores de ônibus rápidos) para garantir o funcionamento.

MINHAS OP

OK

ACEITO



Sua assinatura vale muito.

ENTENDA

Não entrou nesse levantamento a greve do Metrô que parou parte de São Paulo (<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/05/manha-desta-quarta-feira-19-comeca-com-quatro-linhas-do-metro-paradas-em-sp.shtml>) na quarta-feira (19) por reivindicações salariais da categoria.

O setor de transportes passa por uma crise sem precedentes há mais de um ano, desde que a pandemia da Covid-19 desembarcou no Brasil. Medidas de restrição de circulação de pessoas, fechamento de comércios, desemprego e adoção de teletrabalho para uma parcela da população fizeram a demanda por transporte público despencar.

Dados da NTU (Associação Nacional de Empresas de Transportes Urbanos) mostram que em fevereiro deste ano o número de passageiros nos ônibus estava em média 41% menor do que antes da pandemia —essa queda chegou a 80% em março de 2020, quando o país se fechou contra o vírus.

Autor do levantamento do Idec, Rafael Calabria explica que, via de regra, as empresas são remuneradas exclusivamente de acordo com a quantidade de passageiros que carregam —com exceções em São Paulo, e, em menor escala, Brasília e Curitiba.

"Por isso o serviço ficou insustentável financeiramente e agora com qualidade ainda pior do que já tinha", diz ele. "Como a pandemia está durando muito aqui no Brasil, a situação piora, e os trabalhadores têm salário atrasado, 13º cortado, ficam sem benefícios, e reagem", afirma Calabria.

Em todo o ano passado, foi de ônibus, segundo dados de salários permitida por

Com a queda na demanda bilhões em prejuízo desde

Além disso, de março de 2020 a abril de 2021, os sistemas sobre trilhos (trens e metrô) estimam que a arrecadação de bilhetaria caiu R\$ 10 bilhões, segundo

Aviso de Cookies

O site da Folha utiliza cookies e tecnologias semelhantes para melhorar sua experiência de navegação e, ao continuar, você concorda com estas condições.

Customizar -

Política de privacidade (<https://www1.folha.uol.com.br/politica-de-privacidade/>) -

Opt-Out (<https://app.goadopt.io/94ba61d5-3f5e-4627-b7b8-2365d5a3787e/opt-out/50bf920e-7459-431f-84bc-b4483cfd4235>)

MINHAS OP

OK

ACEITO

sistema

AdOpt (<https://goadopt.io/94ba61d5-3f5e-4627-b7b8-2365d5a3787e/opt-out/50bf920e-7459-431f-84bc-b4483cfd4235>)

edução

,2

Sua assinatura vale muito.

ENTENDA

Para conter a crise do setor, ao longo do ano passado empresários e prefeitos articularam e conseguiram aprovar no Congresso Nacional um auxílio de R\$ 4 bilhões para o transporte público, que injetaria dinheiro na área em cidades com mais de 200 mil habitantes.

O recurso seria liberado com contrapartidas como a exigência de que as cidades não fizessem cortes ou redução abrupta da oferta, que mantivessem a frota necessária para atender a população com segurança sanitária e que garantissem gratuidades onde elas existem, como para idosos, entre outras.

O auxílio, no entanto, foi vetado em 10 de dezembro pelo presidente Jair Bolsonaro (<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/12/prefeitos-e-empresarios-condenam-veto-a-auxilio-de-r-4-bilhoes-ao-transporte-publico.shtml>), que questionou pontos formais, como a falta de uma estimativa de impacto orçamentário, e afirmou que a medida esbarraria em recomendações do TCU (Tribunal de Contas da União) que estabelecem que os recursos só podem ser executados durante o estado de calamidade, que terminou oficialmente em dezembro.

"A questão do financiamento do transporte é estrutural no Brasil, que tem por padrão modelos de contratos errados, que vão causar esse tipo de problema. A gente precisa de um socorro federal urgente e de forçar a mudança nesse modelo. As cidades precisam de auxílio ou o transporte público não vai se salvar", diz Calabria.

O Idec acionou nesta sexta (21) os ministérios da Saúde e do Desenvolvimento Regional propondo protocolo de transporte coletivo e pediu mais recursos.

Nesta quinta (20), mais de 100 prefeitos pediram a criação de um fundo de transporte urbano, com foco em melhorar contratos e regulação. O setor pede um apoio emergencial de R\$ 5 bilhões ao ano.

Aviso de Cookies

[AdOpt \(https://goadopt.io/porque-aviso\)](https://goadopt.io/porque-aviso)

O site da Folha utiliza cookies e tecnologias semelhantes para melhorar sua experiência de navegação e, ao continuar, você concorda com estas condições.

com a

[Customizar -](#)

[Política de privacidade \(https://www1.folha.uol.com.br/politica-de-privacidade/\)](https://www1.folha.uol.com.br/politica-de-privacidade/)

nal de

[Opt-Out \(https://app.goadopt.io/94ba61d5-3f5e-4627-b7b8-2365d5a3787e/opt-out/50bf920e-74f9-411f-84b6-b4d83cfd4335\)](https://app.goadopt.io/94ba61d5-3f5e-4627-b7b8-2365d5a3787e/opt-out/50bf920e-74f9-411f-84b6-b4d83cfd4335)

úblico

74f9-411f-84b6-b4d83cfd4335

e rever

MINHAS OP

OK

ACEITO

Sua assinatura vale muito.

ENTENDA

Greves, paralisações e protestos:

- Aracaju - SE
- Belém - PA
- Belo Horizonte - MG
- Brasília - DF
- Campos do Jordão - SP
- Canoas - RS
- Castro - PR
- Contagem - MG
- Erechim - RS
- Feira de Santana - BA
- Ferraz de Vasconcelos - SP
- Fortaleza - CE
- Francisco Beltrão - PR
- Goiânia - GO
- Guaíba - RS
- Guaratinguetá - SP
- João Pessoa - PB
- Juiz de Fora - MG
- Maceió - AL
- Manaus - AM
- Maringá - PR
- Natal - RN
- Paranaguá - PR
- Pato Branco - PR
- Paulínia - SP
- Petrópolis - RJ
- Ponta Grossa - PR
- Porto Alegre - RS
- Recife - PE
- Rio Grande - RS

Aviso de Cookies

[AdOpt \(https://goadopt.io/porque-aviso\)](https://goadopt.io/porque-aviso)

O site da Folha utiliza cookies e tecnologias semelhantes para melhorar sua experiência de navegação e, ao continuar, você concorda com estas condições.

[Customizar -](#)

[Política de privacidade \(https://www1.folha.uol.com.br/politica-de-privacidade/\)](https://www1.folha.uol.com.br/politica-de-privacidade/) -

[Opt-Out \(https://app.goadopt.io/94ba61d5-3f5e-4627-b7b8-2365d5a3787e/opt-out/50bf920e-](https://app.goadopt.io/94ba61d5-3f5e-4627-b7b8-2365d5a3787e/opt-out/50bf920e-74f9-411f-84bc-b4d83cf44335)

[74f9-411f-84bc-b4d83cf44335\)](https://app.goadopt.io/94ba61d5-3f5e-4627-b7b8-2365d5a3787e/opt-out/50bf920e-74f9-411f-84bc-b4d83cf44335)

MINHAS OP

OK

ACEITO



Sua assinatura vale muito.

ENTENDA

- São José dos Campos - SP
- São Luís - MA
- São Paulo - SP
- São Sebastião - SP
- Uberlândia - MG
- Vitória - ES

Ocorrências contratuais (rompimentos, prorrogações ou contratações emergenciais):

- Alagoinhas - BA
- Araçariguama - SP
- Barretos - SP
- Conselheiro Lafaiete - MG
- Itabuna - BA
- Itanhaém - SP
- Marília - SP
- Nova Friburgo - RJ
- Pindamonhangaba - SP
- Ribeirão Preto - SP
- Rondonópolis - MT
- São Roque - SP
- Teresina - PI

Intervenções do poder público em empresas:

- Rio de Janeiro - RJ
- Uruguaiana - RS
- Foz do Iguaçu - PR
- Salvador - BA
- Caraguatatuba - SP

Aviso de Cookies

[AdOpt \(https://goadopt.io/porque-aviso\)](https://goadopt.io/porque-aviso)

O site da Folha utiliza cookies e tecnologias semelhantes para melhorar sua experiência de navegação e, ao continuar, você concorda com estas condições.

[Customizar -](#)

[Política de privacidade \(https://www1.folha.uol.com.br/politica-de-privacidade/\)](https://www1.folha.uol.com.br/politica-de-privacidade/) -

[Opt-Out \(https://app.goadopt.io/94ba61d5-3f5e-4627-b7b8-2365d5a3787e/opt-out/50bf920e-](https://app.goadopt.io/94ba61d5-3f5e-4627-b7b8-2365d5a3787e/opt-out/50bf920e-74f9-411f-84bc-b4d83cfd4335)

[74f9-411f-84bc-b4d83cfd4335\)](https://app.goadopt.io/94ba61d5-3f5e-4627-b7b8-2365d5a3787e/opt-out/50bf920e-74f9-411f-84bc-b4d83cfd4335)

sua assinatura vale m

MINHAS OP

OK

ACEITO



DIÁRIO DO TRANSPORTE



(11) 3181-4715



Dogma
serviços

Sempre pensando no melhor para sua empresa

TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS

Presidente da NTU, Otávio Cunha, espera que em agosto Senado apresente projeto de novo marco regulatório para o setor do transporte urbano por ônibus e trilhos

Publicado em: 7 de junho de 2021



Henrique Lopes Gomes / Ônibus Brasil

Otávio Cunha participou de seminário com o Setut nesta manhã. Empresas de ônibus de Teresina afirmam que prefeitura acumula dívidas de mais de R\$ 51 milhões com o setor

ALEXANDRE PELEGI

Uma crise local que espelha o que ocorre praticamente em todo o país.

Foi assim que o presidente da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos (NTU), Otávio Cunha, reagiu à apresentação da consultora técnica do Setut, Myrian Aguiar.

Ambos participaram de uma entrevista coletiva realizada na manhã desta segunda-feira, 07 de junho de 2021, promovida pelo Sindicato das Empresas de ônibus de Teresina, em que o tema foi justamente a atual crise do transporte público no país.

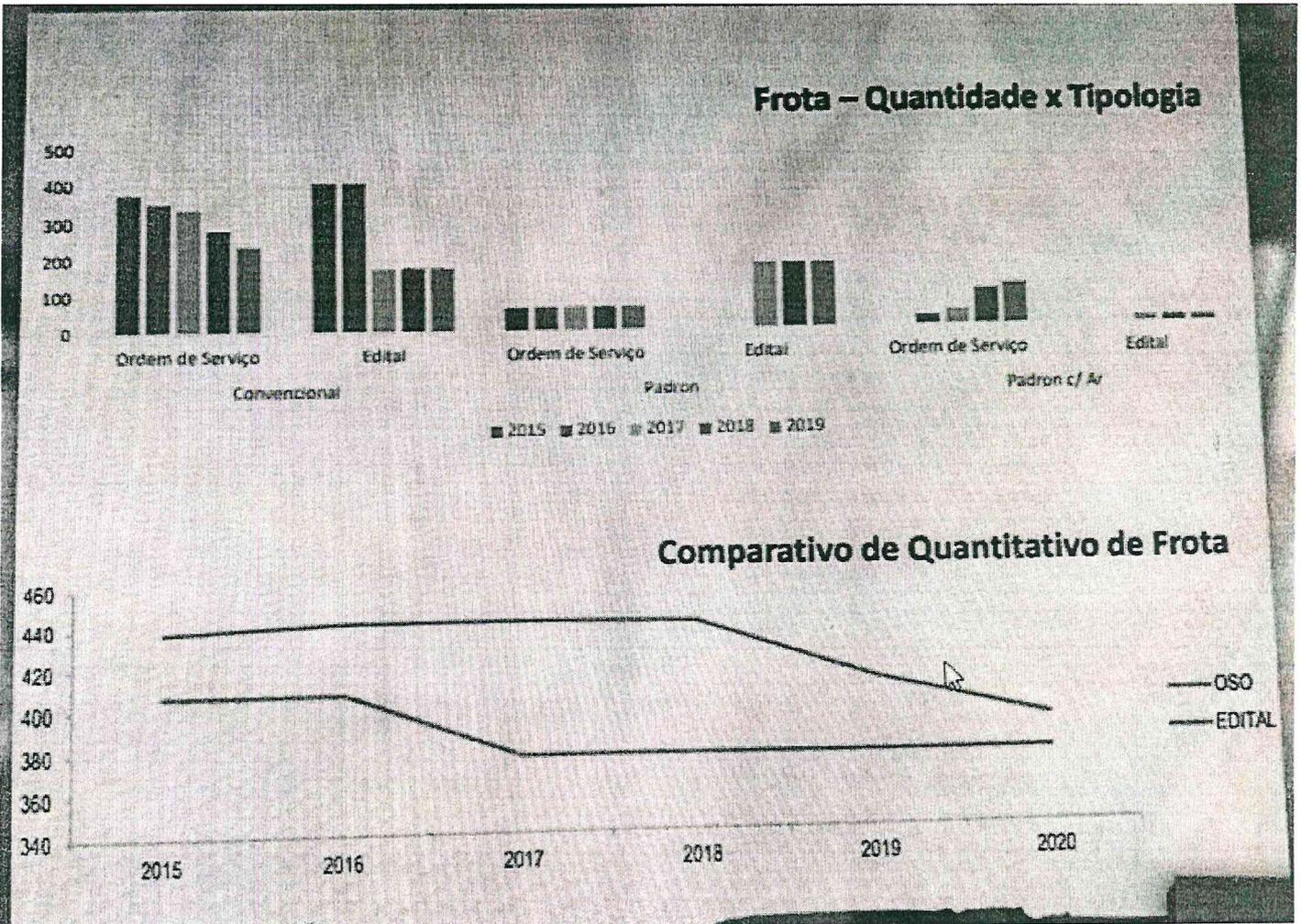
Myrian descreveu a situação insustentável do sistema de transporte da capital do Piauí, que até hoje, segundo dados do Setut, acumula um rombo de R\$ 51 milhões.

Este valor, segundo ela, refere-se aos repasses que a prefeitura deixou de fazer até hoje referentes ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

"Precisamos deixar dessa conversa que a prefeitura está dando dinheiro aos empresários. Não se trata disso. Assinamos um contrato, com regras e deveres de ambos os lados, e lá está claro que é preciso manter o equilíbrio do sistema caso a tarifa paga pelo usuário não sustente os custos do setor. Subsídio tarifário é isso, uma obrigação contratual", diz Myriam.

O edital de concessão, publicado em 2014, previa uma série de deveres e responsabilidades de parte a parte, órgão gestor e prefeituras. Myriam alega, no entanto, que logo no primeiro ano, em 2015, já houve alterações nas cláusulas que impactaram substancialmente os custos das empresas.

No gráfico que ela apresentou são apontadas as diferenças não só nas tipologias dos veículos descritas no edital (a prefeitura exigiu outros tipos de ônibus, inclusive com ar-condicionado, diferentemente do previsto), como na quantidade desses veículos:



Ao mesmo tempo, se as obrigações aumentaram logo após a assinatura do contrato, o mesmo não aconteceu com a expectativa de demanda: o número de passageiros veio numa curva decrescente, o que só fez piorar uma situação que já começara desequilibrada.

A pandemia, ela alega, veio tornar aguda uma situação que já era crônica.

Para agravar o quadro, os repasses que a prefeitura deveria fazer para o equilíbrio do sistema foram se acumulando. Por vias judiciais o Setut conseguiu forçar alguns acordos.

Os três primeiros processos, que datam dos períodos janeiro de 2015 a outubro de 2016; janeiro 2015 a outubro 2019; e outubro de 2019 a fevereiro de 2020, somaram cerca de R\$ 57 milhões e foram quitados pela prefeitura em parcelas mensais.

Mas o último processo, relativo ao período mais grave, justamente o do início da pandemia da Covid-19, período março a outubro de 2020, este continua em aberto. Após acordo com a prefeitura fechado em novembro de 2020, o total da dívida desse período, que somou R\$ 26,2 milhões, foi negociado com o poder executivo para ser quitado em 12 parcelas mensais. No entanto, após de pagar duas dessas parcelas, não houve mais nenhum recolhimento por parte da prefeitura.

Desta forma, restam ainda R\$ 21 milhões em aberto deste acordo.

Subsídios Tarifários

Período Base	Valor	Forma de Pagamento	Situação	Base Legal	Data Acordo
Jan 2015 a out 2016 - antecipação	R\$ 18.077.067,12	18 parcelas mensais	Quitado	Processo N.º 0001219-82.2016.8.18.0140	02/01/2017
Jan 2015 a set 2019 - valor final	R\$ 36.902.699,24	14 parcelas mensais	Quitado	Processo N.º 0811550-21.2018.8.18.1040	04/11/2019
Out 2019 a fev 2020	R\$ 1.861.152,19	01 parcela	Quitado	Processo N.º 0818982-24.2020.8.18.1040	23/10/2020
Mar a out 2020	R\$ 26.238.772,13	12 parcelas mensais	2 parcelas pagas	Processo N.º 0820231-10.2020.8.18.1040	11/11/2020

O problema é que de novembro de 2020 a abril deste ano, na segunda onda da pandemia, as empresas acumularam nova dívida segundo as regras do contrato de concessão, desta vez de R\$ 31,5 milhões.

Com isso, o Setut alega que o total devido pela prefeitura atinge hoje a casa dos R\$ 51 milhões, o que torna impraticável para as empresas seguir operando e cumprindo com obrigações como a folha de pagamentos de seus funcionários (que representa 45% do valor final da tarifa), o valor do diesel, a elevada carga tributária, principalmente do óleo diesel, as gratuidades, etc.

ESTIMATIVA DE PASSIVO

RESUMO DO CÁLCULO – Metodologia Certare

Item	NOV/20 a abr/21				
	Lote 1	Lote 2	Lote 3	Lote 4	Total
Quilometragem	711.813	881.191	1.088.651	1.228.030	3.889.685
PCTI	667.885	1.048.043	852.970	1.303.102	3.870.000
Receita Calculada (remuneração)	1.440.310,45	2.039.783,85	1.748.588,50	2.710.452,18	7.948.134,98
Impostos	31.885	44.875	38.469	59.630	174.859
Custo calculado	7.928.360,89	8.561.916,49	11.413.669,12	11.732.802,32	39.636.748,82
Saldo final de aporte	6.447.185,81	6.477.257,40	9.826.611,67	8.862.720,21	31.513.754,89

SOMA DE PASSIVOS

Referência	Valor Calculado	Valor pago	Saldo devedor
Março a Outubro / 2020	26.238.772,13	5.200.000,00	21.038.772,13
Novembro / 2020 a Abril / 2021	31.513.754,89	0,00	31.513.754,89
TOTAL	57.752.527,02	5.200.000,00	52.552.527,02



UM NOVO MARCO REGULATÓRIO

Otávio Cunha, que resumiu a crise em várias cidades pelo país, repetiu o que tem dito em várias ocasiões: o sistema de transporte não sobrevive apenas com o dinheiro da tarifa.

No entanto, ele observa, a situação de crise atual exige um aporte emergencial, coisa que somente o Governo Federal pode fazer. Infelizmente, ele diz, não há qualquer sinalização da União a esse respeito.

De outro lado, diante da falência do sistema, é fundamental mudar a forma como ele funciona.

“Não podemos mais ficar reféns do valor da tarifa, isso não tem cabimento”, diz.

Para resolver essa situação do ponto definitivo, Otávio aposta em criar um novo Marco Regulatório para o setor de transporte coletivo, de ônibus e trilhos.

Uma proposta foi costurada pelas duas associações das empresas – a NTU e a ANPTrilhos, e apresentada formalmente ao Congresso Nacional.

Otávio acredita que em agosto próximo, tendo como autor o senador Antonio Anastasia (MG-PSD), o projeto começará a tramitar no Congresso, já com apoio de muitos parlamentares.

Para Otávio, o projeto está assentado em três pilares, que permitirão ao setor alcançar vários objetivos, como a Segurança Jurídica, a Racionalização e a Inovação das Redes de Transporte.

Os três pilares são Qualidade e Produtividade, Financiamento e Regulação e Contratos. *“São três pilares que se interconectam e precisam ser construídos em conjunto para atingir os resultados esperados”, diz o presidente da NTU.*

Mas ele destaca a necessária participação do Governo Federal: *“Esse programa nacional exige o envolvimento dos três níveis de governo, mas é fundamental que o Governo Federal seja o coordenador desse processo e assumo o papel de guardião da política nacional de mobilidade urbana que se encontra totalmente abandonada e enfraquecida”, pondera Otávio.*

Assinam o documento:

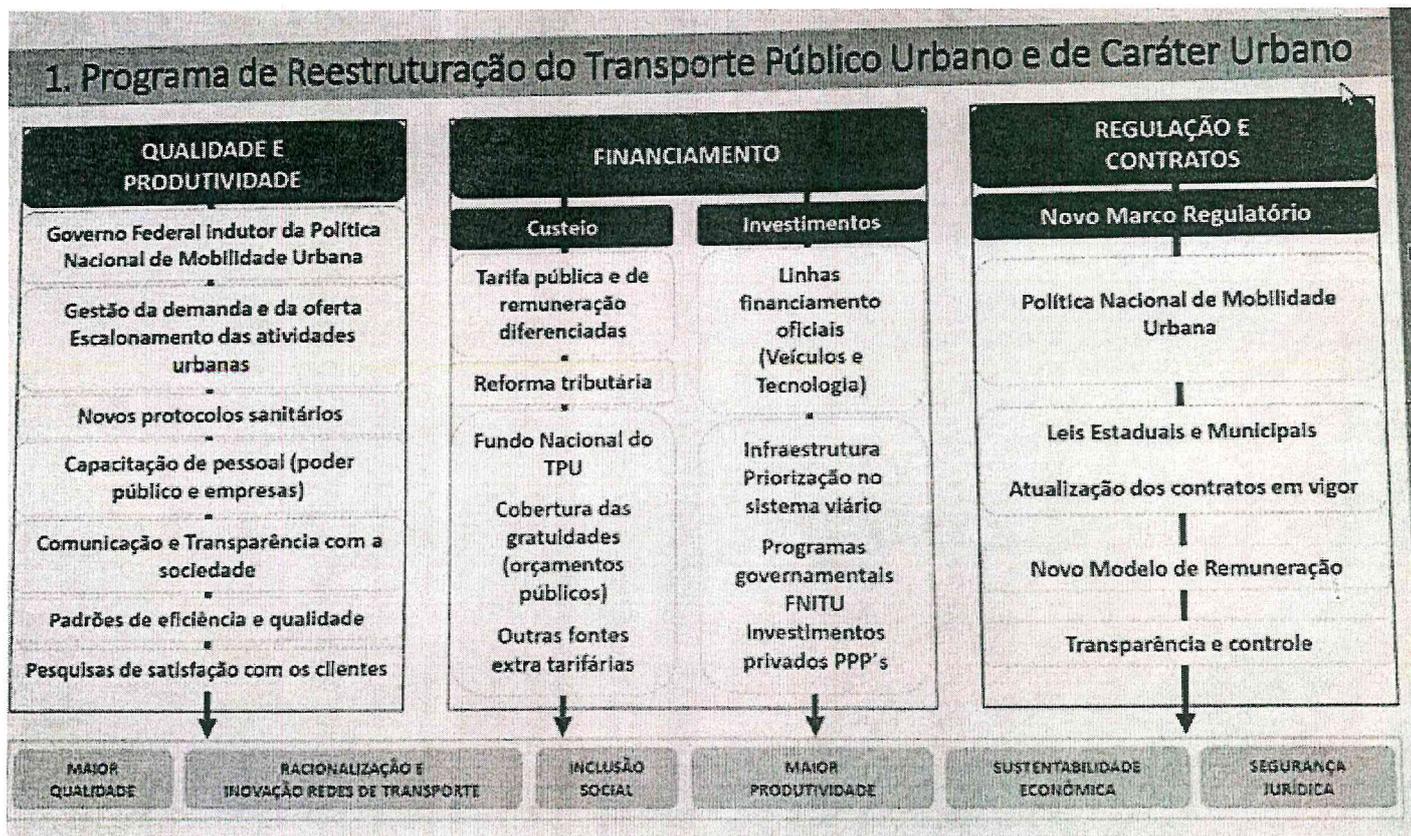
Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos – NTU

Associação Nacional dos Transportadores de Passageiros sobre Trilhos – AnpTrilhos

Associação Nacional de Transportes Públicos – ANTP

Frente Nacional de Prefeitos – FNP

Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes de Mobilidade Urbana – FNMU



Os três pilares do documento

Alexandre Pelegi, jornalista especializado em transportes

Relacionado



Acaba a greve dos ônibus em Teresina (PI) após 36 dias

15 de março de 2021

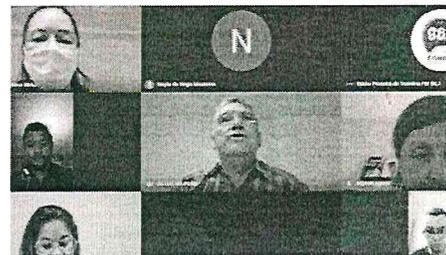
Em "Brasil"



Proposta de novo marco dos transportes deve ser analisada pelo Congresso na volta do recesso; Governo Federal ignorou sugestões de empresas de ônibus, trens e metrô

6 de julho de 2021

Em "Dzinho"



Setut aceita proposta da prefeitura de Teresina de pagar dívida acumulada com as empresas de ônibus em 20 parcelas

5 de março de 2021

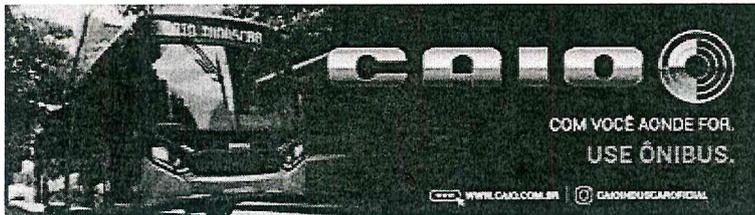
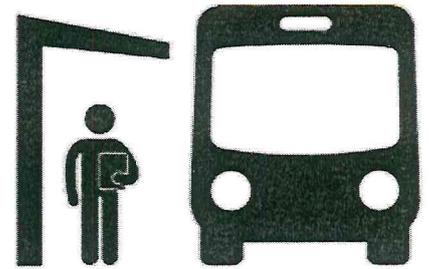
Em "Brasil"

Compartilhe a reportagem nas redes sociais:

Informe Publicitário



DIÁRIO DO TRANSPORTE



Nova greve do transporte coletivo é iniciada em Presidente Prudente (SP) nesta quarta (16)

Publicado em: 16 de junho de 2021



É a segunda paralisação em menos de um mês

Trabalhadores interromperam as atividades após tomarem conhecimento da falta de recursos financeiros da empresa

WILLIAN MOREIRA

Trabalhadores do transporte coletivo em Presidente Prudente, no interior de São Paulo, iniciaram uma nova greve do setor nesta quarta-feira, 16 de junho de 2021.

O motivo da paralisação é o fato de a Prudente Urbano apresentar problemas para efetuar o pagamento dos salários de junho e o conhecimento por estes funcionários da declaração da empresas de estar com o caixa vazio, sem recursos para honrar os compromissos.

Por essa razão, um esquema especial de operação foi colocado em prática, com 50% da frota em circulação nos horários de pico e 35% dos veículos nos demais horários, o que representa 38 ônibus durante o período de maior movimento do dia.

No final de maio, uma greve aconteceu pelo mesmo motivo de atrasos nos pagamentos aos trabalhadores.

Relembre: <https://diariodotransporte.com.br/2021/05/26/greve-de-onibus-atinge-presidente-prudente-nesta-quarta-26/>

Willian Moreira em colaboração especial para o Diário do Transporte

Relacionado



Greve de ônibus em Presidente Prudente (SP) entra no segundo dia
17 de junho de 2021
Em "Dzinho"



Greve do transporte coletivo em Presidente Prudente (SP) chega ao segundo dia
27 de maio de 2021
Em "Dzinho"

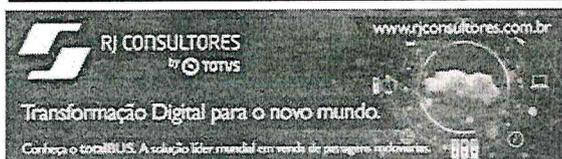
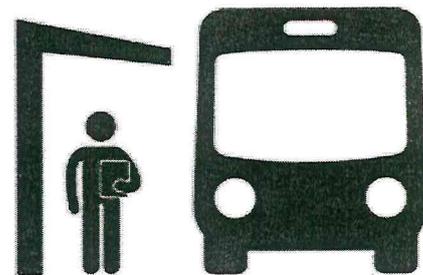


Greve no transporte coletivo de Presidente Prudente entra no terceiro dia com atraso na saída dos ônibus
18 de junho de 2021
Em "Dzinho"

Compartilhe a reportagem nas redes sociais:

Informe Publicitário

DIÁRIO DO TRANSPORTE



RJ CONSULTORES
by TOTVS
www.rjconsultores.com.br
Transformação Digital para o novo mundo.
Conheça o totalBUS. A solução líder mundial em vendas de parâmetros rodoviários.

Viação Pavunense é a sexta empresa de ônibus a entrar em recuperação judicial para tentar escapar da falência no Rio de Janeiro

Publicado em: 16 de junho de 2021



Em um mês, companhia deve apresentar plano; pedido foi aceito

ADAMO BAZANI

A Viação Pavunense, operadora dos transportes no Rio de Janeiro, entrou em recuperação judicial.

A companhia teve o pedido aceito pela 1ª Vara Empresarial da Capital do TJRJ – Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

A companhia tem até o dia 11 de julho de 2021 para apresentar um plano para saldar dívidas com diversas classes de credores e se reestruturar economicamente.

Fundada em 1953, a Pavunense opera linhas nas zonas Norte e Oeste e centro da capital.

Além da companhia, outros cinco grupos de empresas do Rio de Janeiro tentam escapar da falência e estão em recuperação judicial: Expresso Pégaso, Palmares, Paranapuan, VG e Grupo Real.

O Rio Ônibus, que representa as viagens na cidade, aponta para crise nos transportes e diz que a situação piorou com a pandemia.

Somente no primeiro ano de covid-19, as perdas tarifárias chegam a R\$ 1,2 bilhão.

Comarca	Vara	Ofício de Registro	Ação
Comarca da Capital	1ª Vara Empresarial	3º Ofício de Registro de Distribuição	Recuperação Judicial
Serventia	Endereço da Serventia	Competência	Assunto
Cartório da 1ª Vara Empresarial	Erasmu Braga, 115 , Lam. Central sala703	Empresarial	Recuperação Judicial
Bairro	Cidade	Classe	Processo(s) no Tribunal de Justiça
Centro	Rio de Janeiro	Tutela Cautelar Antecedente	Não há



Localização na Serventia

Aguardando Manifestação

Dados dos Personagens

Autor

VIACAO PAVUNENSE SA

Advogado(s)

RJ172582 - RAYSA PEREIRA DE MORAES

RJ134498 - ANDRÉ LUIZ OLIVEIRA DE MORAES

RJ225284 - PEDRO HENRIQUE ESCOSTEGUY



Adamo Bazani, jornalista especializado em transportes

Relacionado



ÁUDIO: Empresas de ônibus Penha Rio e Campo Grande entram em recuperação judicial no Rio de Janeiro
25 de junho de 2021
Em "Brasil"



Transportadora Tinguá tem pedido de recuperação judicial deferido
20 de junho de 2021
Em "Dzão"



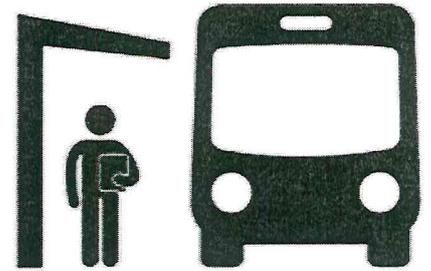
CRISE NOS TRANSPORTES DE PASSAGEIROS: Rápido Araguaia entra com pedido de recuperação judicial
2 de abril de 2016
Em "Notícia"

Compartilhe a reportagem nas redes sociais:

Informe Publicitário



DIÁRIO DO TRANSPORTE



(11) 3181-4715



Dogma
serviços

Sempre pensando no melhor para sua empresa

TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS

Conselho aprova tarifa de R\$ 5,20 nos ônibus de Porto Alegre

Publicado em: 15 de junho de 2021



Queda de demanda na pandemia foi levada em conta

Decisão final será do prefeito Sebastião Melo, que tem até 23 de junho para definir o valor

ADAMO BAZANI

O Conselho Municipal de Transportes de Porto Alegre (Comtu) aprovou, nesta terça-feira, 15 de junho de 2021, o valor de R\$ 5,20 para a tarifa de ônibus de Porto Alegre.

O valor tinha sido sugerido pela EPTC (Empresa Pública de Transporte e Circulação) após estudos que levaram em conta a variação dos custos de operação e a queda no número de passageiros por causa da pandemia de covid-19, como mostrou o **Diário do Transporte**.

Relembre:

<https://diariodotransporte.com.br/2021/06/07/eptc-sugere-reajuste-para-r-520-na-passagem-de-onibus-de-porto-alegre/>

A tarifa está sem reajuste desde 2019.

O relatório será encaminhado ao prefeito Sebastião Melo, que tem até 23 de junho para definir o valor final da tarifa.

A aprovação nesta terça-feira foi por 13 votos favoráveis ao reajuste e 5 contrários.

O valor da tarifa de ônibus é calculado dividindo o custo do sistema pelo número de passageiros pagantes. Com base na tarifa do ano passado, 49% do custo se refere às despesas com pessoal, 29% de

custos variáveis, 6% da remuneração do serviço, 6% de depreciação de capital, 5% despesas administrativas, 3% remuneração de capital e 2% de contribuição previdenciária sobre receita bruta.

Segundo nota da prefeitura, o Comtu trata dos assuntos relativos ao transporte público de Porto Alegre, dos quatro modais, ônibus, táxis, lotação e transporte escolar, e analisa o cálculo de reajuste da tarifa de ônibus. O conselho é constituído por 19 membros que representam a sociedade civil nos seguintes órgãos e entidades:

- Secretaria de Mobilidade Urbana – SMMU;
- Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – Smamus;
- Procuradoria Geral do Município – PGM;
- Companhia Carris Porto-Alegrense – Carris;
- Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC;
- Orçamento Participativo – OP;
- Sindicato dos Proprietários de Veículos Escolares – Sintepa;
- Departamento Estadual de Trânsito do RS – Detran/RS;
- Associação dos Transportadores de Passageiros por Lotação de Porto Alegre – ATL;
- Associação dos Transportadores de Passageiros – ATP;
- Brigada Militar – BM;
- Federação dos Trabalhadores Aposentadores e Pensionistas do Estado do Rio Grande do Sul – Fetapergs;-
- Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional – Metroplan;
- Sindicato dos Taxistas de Porto Alegre – Sintaxi;
- Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Transporte – STETPOA;-
- União das Associações de Moradores de Porto Alegre – Uampa
- União Metropolitana de Estudantes Secundaristas de Porto Alegre – Umespa
- Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul – CREA-RS
- Central Única dos Trabalhadores – CUT-RS

Adamo Bazani, jornalista especializado em transportes

Relacionado



Prefeito de Porto Alegre pede a Governo do RGS retirada de impostos estaduais para reduzir tarifa de ônibus urbano
21 de junho de 2021
Em "Brasil"



EPTC sugere reajuste para R\$ 5,20 na passagem de ônibus de Porto Alegre
7 de junho de 2021
Em "Brasil"

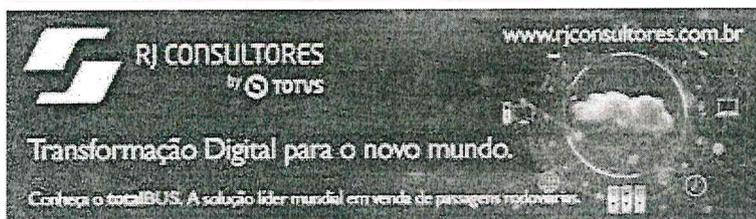
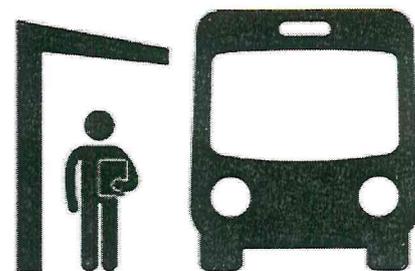


Tarifa de R\$ 4,80 dos ônibus de Porto Alegre entra em vigor nesta sexta (02)
1 de julho de 2021
Em "Brasil"

Compartilhe a reportagem nas redes sociais:



DIÁRIO DO TRANSPORTE



Crise no transporte público será tema de debate na Câmara dos Deputados na próxima sexta (18)

Publicado em: 15 de junho de 2021

FOTO: ALEXANDRE PELEGI



Foto: Alexandre Pelegi

Entidades representativas do setor urbano e de trilhos, além de empresas e prefeituras, participarão do encontro

ALEXANDRE PELEGI

A falta de alternativas para atual crise do transporte público no país tem deixado as cidades brasileiras preocupadas.

A total falta de interesse da União em prover saídas institucionais ou emergenciais vem trazendo um estado de atenção, o que tem levado associações de prefeitos e secretários de transporte e mobilidade de todo o país, ao lado de entidades profissionais e de empresas, a se organizarem em busca de propostas para possíveis saídas.

Parte desse esforço será visto na próxima sexta-feira, 18 de junho de 2021, em encontro convocado pela Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados.

Uma audiência pública será realizada às 10h, com o objetivo de discutir as políticas de financiamento do transporte público.

A reunião será no plenário 11, e poderá ser acompanhada de forma interativa pelo e-Democracia.

Participarão do encontro, convidados pelo deputado Rodrigo Coelho (PSB-SC), que pediu a audiência:

– o vice-presidente de Mobilidade Urbana da Frente Nacional dos Prefeitos (FNP), Felício Ramuth;

- o presidente do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes de Mobilidade Urbana, Paulo Guimarães;
- o presidente da Associação Nacional de Transporte Públicos (ANTP), Ailton Brasiliense;
- o presidente executivo da Associação Nacional das Empresas de Transporte Urbano, Otávio Vieira da Cunha Filho; e
- o presidente da Associação Nacional dos Transportadores de Passageiros sobre Trilhos, Joubert Fortes Flores Filho.

O deputado Rodrigo destaca que com a pandemia da Covid-19 a demanda de passageiros no sistema de transportes públicos sofreu queda de 80%, ao passo que a readequação da oferta ocorreu em níveis muito menores.

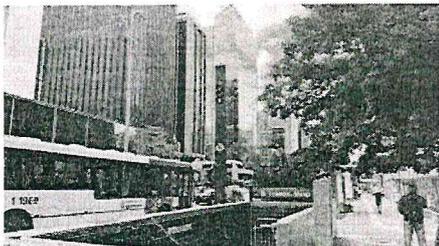
O que preocupou muito o setor foi o veto presidencial ao Projeto de Lei 3364/20, aprovado em dezembro de 2020 pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal.

O PL destinava recursos financeiros da União para Estados, Distrito Federal e Municípios, em caráter emergencial em razão do estado de calamidade pública – R\$ 4 bilhões.

Para Rodrigo Coelho, a comissão precisa debater o assunto, *"para que possamos identificar possíveis soluções para esse grave problema, pois o transporte público coletivo é um direito do povo brasileiro e cabe ao parlamento brasileiro garantir o pleno exercício desse direito social previsto na nossa Carta Magna"*.

Alexandre Pelegi, jornalista especializado em transportes

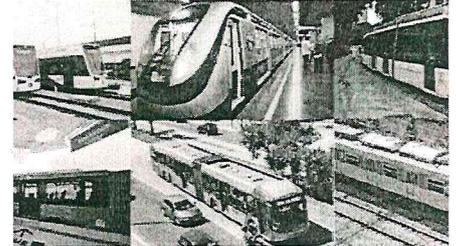
Relacionado



ANTP pede a senadores e deputados urgência na derrubada do veto de Bolsonaro ao auxílio de R\$ 4 bilhões para o transporte público
18 de dezembro de 2020
Em "Brasil"



Bolsonaro implanta Conselho Nacional de Secretários de Transportes
31 de março de 2020
Em "Notícia"



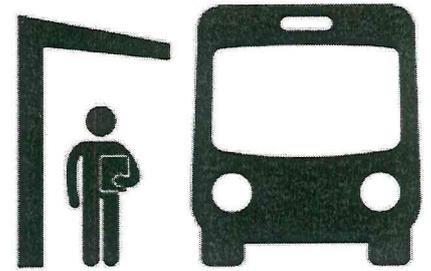
Entidades representativas pedem a prefeitos e governadores que se unam em defesa do transporte público coletivo
22 de dezembro de 2020
Em "Brasil"

Compartilhe a reportagem nas redes sociais:

Informe Publicitário



DIÁRIO DO TRANSPORTE



#vádeônibusvaseguro



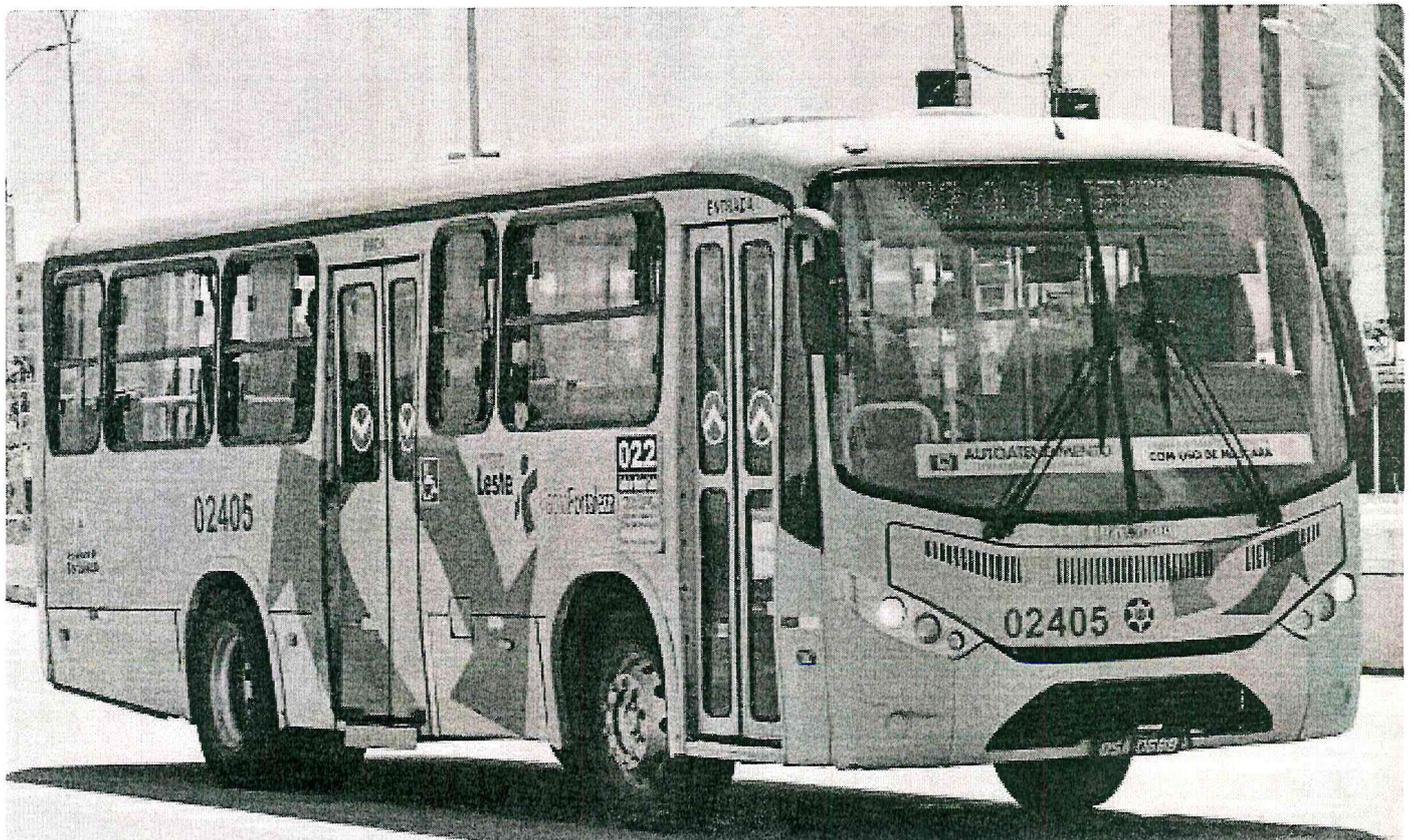
Veja o que a empresa que você costuma utilizar em suas viagens está fazendo no combate ao coronavírus:

vadeonibusvaseguro.com.br



Prefeitura de Fortaleza concederá R\$ 32 milhões em subsídio ao transporte coletivo

Publicado em: 15 de junho de 2021



Com este repasse o valor da tarifa será alterada sem mudanças até dezembro deste ano

WILLIAN MOREIRA

O Prefeito de Fortaleza, José Sarto, sancionou na última sexta-feira, 11 de junho de 2021, uma lei que mantém sem reajustes o valor da tarifa do transporte coletivo urbano da cidade até dezembro ano.

Para não aumentar a passagem, o Poder Público vai repassar para o setor R \$ 32 milhões em forma de subsídio às empresas, garantindo o equilíbrio econômico do transporte.

Desta maneira a tarifa cobrada continuará a ser de R \$ 3,60 a inteira e R \$ 1,60 a tarifa estudantil.

Este repasse financeiro é fruto de uma ação conjunta da prefeitura e do governo do estado do Ceará em que o valor total de R \$ 32 milhões foi dividido em R \$ 16 milhões por cada parte.

"Com o subsídio, vamos preservar o valor da passagem de ônibus em Fortaleza. Numa parceria entre a Prefeitura e o Governo do Estado, faremos repasse mensal de R\$ 4 milhões ao setor para evitar esse aumento de gastos aos fortalezenses. Essa é mais uma medida que tem o objetivo de minimizar os duros efeitos dessa pandemia", afirmou o prefeito Sarto, em nota divulgada para a imprensa.

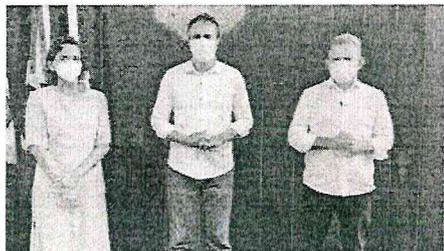
Outra medida comunicada pela prefeitura foi a manutenção do reforço na frota dos ônibus em circulação por mais 30 dias, o que representa 200 veículos a mais rodando nos horários de maior demanda.

Veja abaixo as modalidades de tarifa do transporte de Fortaleza:

- Inteira: R \$ 3,60;
- Tarifa Estudantil: R \$ 1,60;
- Hora Social (segunda a sexta, das 9h às 11h e das 14h às 16h): R \$ 3,00 (inteira) e R \$ 1,30 (tarifa estudantil);
- Tarifa Social (domingos, 13 de abril, 31 de dezembro e 01 de janeiro): R \$ 3,00 (inteira) e R \$ 1,30 (tarifa estudantil);
- Linha Central: R \$ 0,50 (inteira) e R \$ 0,25 (tarifa estudantil).

Willian Moreira em colaboração especial para o Diário do Transporte

Relacionado



Tarifa do transporte coletivo de Fortaleza (CE) não terá reajuste em 2021
11 de maio de 2021
Em "Dzinho"



Campinas repassa R\$ 5 milhões ao transporte coletivo
8 de dezembro de 2020
Em "Dzinho"



Projeto que prevê subsídios para impedir aumento na tarifa de ônibus de Fortaleza (CE) tramita em regime de urgência
14 de maio de 2021



DIÁRIO DO TRANSPORTE



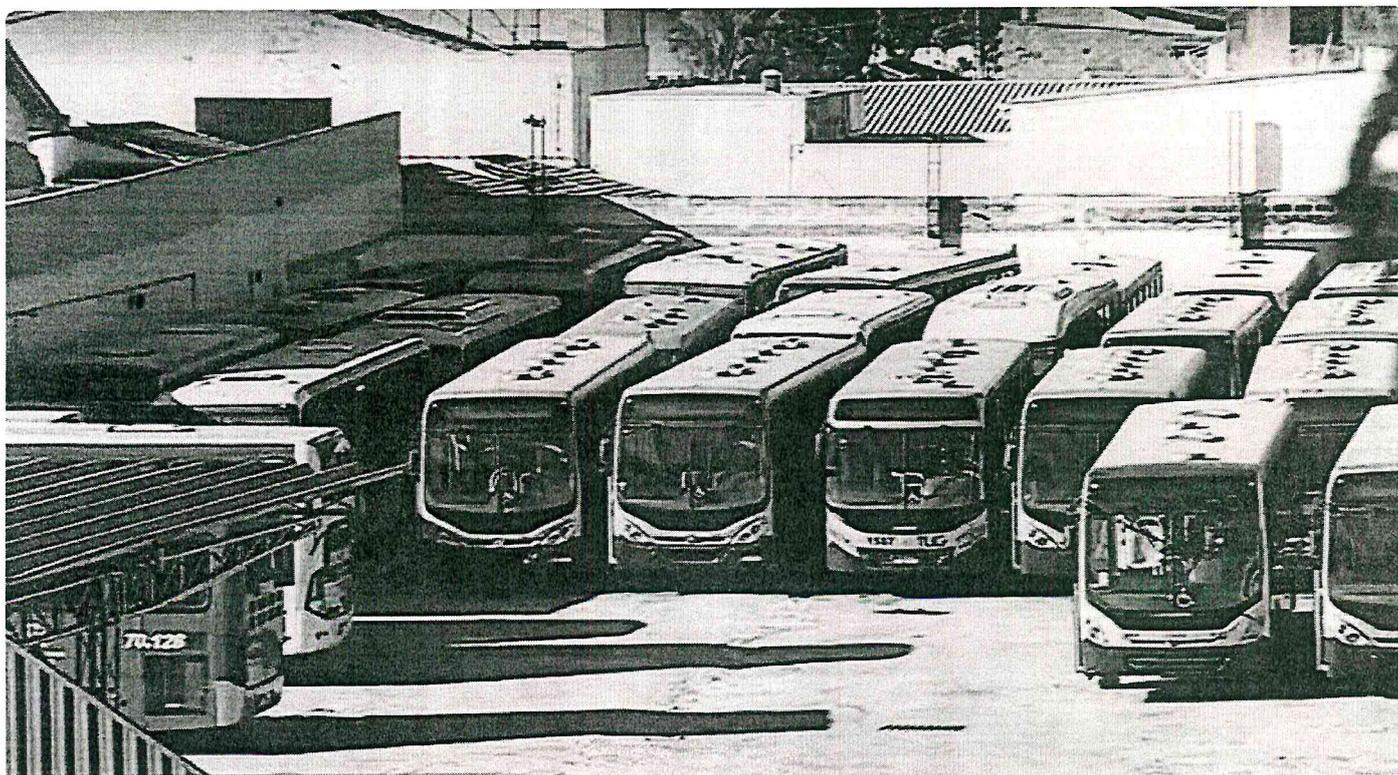
#váde
ônibus
vaseguro

Veja o que a empresa que você costuma utilizar em suas viagens está fazendo no combate ao coronavírus:

vadeonibusvaseguro.com.br

Trabalhadores do transporte coletivo de Guaratinguetá (SP) entram em greve nesta segunda (14)

Publicado em: 14 de junho de 2021



Movimento grevista começou nas primeiras hora da manhã. Foto: TV Vanguarda / Reprodução.

Motivo do protesto são atrasos em pagamento do vale alimentação

WILLIAN MOREIRA

Funcionários do setor de transporte coletivo em Guaratinguetá no interior de São Paulo, entraram em greve nesta segunda-feira, 14 de junho de 2021, paralisando a circulação dos ônibus por volta das 10h.

Os rodoviários se queixam de atrasos por oito meses no pagamento do vale alimentação.

O movimento grevista começou nas primeiras hora da manhã, quando o atendimento aconteceu com frota reduzida e logo depois foi interrompido por completo.

Segundo o Sindicato dos Condutores do Vale do Paraíba, foi dado um prazo de 72 horas para a Prefeitura se manifestar. A greve, ainda segundo a entidade, não tem previsão para ser encerrada, dependendo do poder público negociar com os trabalhadores quanto às reivindicações.

O **Diário do Transporte** aguarda um posicionamento da Prefeitura sobre a paralisação.

Willian Moreira em colaboração especial para o Diário do Transporte

Relacionado



Greve do transporte coletivo em Presidente Prudente (SP) completa 21 dias
6 de julho de 2021
Em "Dzinho"



Greve do transporte coletivo de Presidente Prudente (SP) completa 31 dias
16 de julho de 2021
Em "Dzinho"



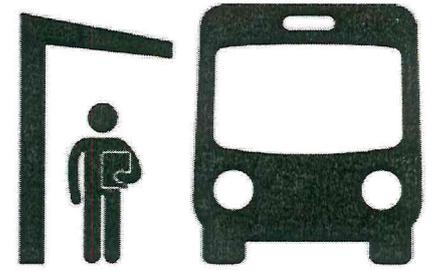
Chega ao 34º dia a greve do transporte público em Presidente Prudente (SP)
19 de julho de 2021
Em "Greve"

Compartilhe a reportagem nas redes sociais:

Informe Publicitário



DIÁRIO DO TRANSPORTE



RJ CONSULTORES
by **TOTVS**

www.rjconsultores.com.br

Transformação Digital para o novo mundo.

Conheça o totalBUS. A solução líder mundial em vendas de passagens rodoviárias.

Maceió tem greve parcial no transporte coletivo nesta segunda-feira (14)

Publicado em: 14 de junho de 2021



Foto: Jamysson Santana / Ônibus Brasil

Rodoviários da Cidade de Maceió estão parados por atraso em salário desde as 4h

ALEXANDRE PELEGI

Motoristas e cobradores da empresa Cidade de Maceió, uma das concessionárias do transporte coletivo da capital de Alagoas, cruzaram os braços no início da manhã desta segunda-feira, 14 de junho de 2021.

Reunidos na garagem da empresa, no bairro Santa Lúcia, eles protestam contra o atraso nos salários e cobram o pagamento.

A paralisação pegou de surpresa vários moradores que dependem dos ônibus da empresa para se locomover em Maceió.

O serviço de transporte coletivo na capital alagoana é atendido por quatro empresas: Viação Real Alagoas, Viação Cidade de Maceió, Auto Viação Veleiro e Viação São Francisco.

OUTRO LADO

O Sindicato das Empresas de Transporte Urbano de Passageiros de Maceió (Sinturb) encaminhou ao ***Diário do Transporte*** posicionamento da Viação Cidade de Maceió sobre a greve iniciada nesta segunda-feira:

Sobre a greve que se iniciou nas primeiras horas desta segunda-feira, a Viação Cidade de Maceió esclarece que devido à redução na demanda de passageiros por conta dos decretos de distanciamento social, bem como ao desequilíbrio econômico-financeiro nos contratos, houve um atraso nos compromissos firmados

com seus colaboradores, situação que não ocorria há muito tempo. No entanto, ressalta que em torno de 70% dos salários já foram quitados, e que a previsão é de que o restante seja regularizado o mais breve possível.

Atenciosamente,

Bruno Felix

Ascom Sinturb

Alexandre Pelegi, jornalista especializado em transportes

Relacionado



Ônibus da Cidade de Maceió operam normalmente nesta terça (15), após greve
15 de junho de 2021
Em "Dzínho"

 Cidade de Maceió

GREVE DA CIDADE DE MACEIÓ É CANCELADA. Não haverá descontos de salários por causa de assaltos
16 de novembro de 2011
Em "Notícia"



Rodoviários de Maceió anunciam atraso no início da operação de ônibus a partir desta segunda-feira
5 de maio de 2019
Em "Notícia"

Compartilhe a reportagem nas redes sociais:

Informe Publicitário



PAGAMENTOS DIGITAIS

 RJ CONSULTORES
 TOTVS



Tenha uma solução de pagamento instantâneo dentro da plataforma **totalBUS** com um dos menores custos do mercado.


PAGAR

TOTVS e RJ Consultores trazem a melhor opção para PAGAMENTOS DIGITAIS do Transporte Rodoviário

DIÁRIO DO TRANSPORTE



#vãde
ônibus
vãseguro

Veja o que a empresa que você costuma utilizar em suas viagens está fazendo no combate ao coronavírus!

vãdeônibusvãseguro.com.br

Ônibus em Guarapari (ES) devem voltar a circular integralmente nesta segunda (14)

Publicado em: 12 de junho de 2021



Bryan Bento Silva
Ônibus Brasil

Ônibus da Expresso Lorenzutti

Trabalhadores receberam garantia da Lorenzutti de que não haverá demissões e descontos pela paralisação

ADAMO BAZANI

Toda frota de ônibus municipais escalada para esta época de pandemia deve estar em circulação a partir desta segunda-feira, 14 de junho de 2021, em Guarapari (ES).

Os trabalhadores da Expresso Lorenzutti, que presta os serviços na cidade, decidiram em assembleia neste sábado, 12 de junho de 2021, retornar com os veículos em operação na integralidade.

Os profissionais iniciaram uma paralisação em 07 de junho contra demissões e atrasos em pagamentos.

A decisão de retorno ocorre mediante promessa da companhia em não realizar demissões sem justa causa e nem descontar os dias parados.

Como mostrou o **Diário do Transporte**, no dia 08 de junho de 2021, a Justiça do Trabalho havia determinado que 80% da frota estivessem circulando nos horários de maior movimento.

A desembargadora Wanda Lucia Costa Leite Franca Decuzzi, afirmou entender a situação delicada dos trabalhadores que em abril receberam somente 25% do salário, mas por outro lado, as decisões judiciais devem ser cumpridas.

"É certo que esta Relatora encontra-se sensível a situação dos empregados da empresa autora, que, segundo informado em audiência, receberam apenas 50% do salário de março e 25% do salário de abril, faltando receber também R\$350,00 do vale alimentação de 20/05 e R\$266,00 do acordo. Todavia, as decisões judiciais não de ser cumpridas e, não havendo qualquer suspensividade, nos exatos termos em que proferidas.

Outrossim, há de se ter em mente que a realização de barricadas na frente dos portões da empresa, impedindo o acesso, saída e circulação de ônibus e empregados, certamente prejudica a receita da empresa e, por consequência, gera empecilhos à concretização dos compromissos firmados nas audiências realizadas", completou a magistrada.

Relembre:

<https://diariodotransporte.com.br/2021/06/10/decisao-judicial-determina-volta-do-transporte-coletivo-em-guarapari-es/>

Adamo Bazani, jornalista especializado em transportes

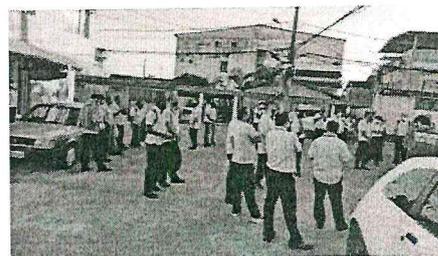
Relacionado



Trabalhadores dos transportes paralisam ônibus em Guarapari (ES) 7 de junho de 2021
Em "Dzinho"



Decisão judicial determina volta do transporte coletivo em Guarapari (ES) 10 de junho de 2021
Em "Dzinho"



Rodoviários de Guarapari (ES) paralisam circulação de ônibus em protesto 22 de abril de 2021
Em "Dzinho"